

### 3. Recomendações de políticas públicas

Os estudos e diagnósticos aqui apresentados reforçam a noção de que a qualidade de vida da população residente na bacia, e mesmo daqueles que de alguma forma estão ligados ou dependem deste sistema, é intimamente vinculada e dependente da qualidade ambiental. O grau de urbanização, associado à perda progressiva de áreas rurais e, de maior relevância, das áreas de remanescentes de vegetação nativa, coloca em foco a necessidade de políticas públicas governamentais e, principalmente, da participação da própria comunidade na gestão do seu espaço de trabalho, moradia e lazer.

Os estudos sobre os solos mostram que a mancha de impermeabilização caminha em direção ao norte da bacia, sobre as áreas rurais que ainda existem. Nos condomínios fechados, onde os lotes são maiores, apesar de existir vegetação, o grau de impermeabilização do solo é muito alto, pois a maior parte do terreno é ocupada com edificações. Assim, sugere-se a **criação de incentivos como, por exemplo, a taxa do IPTU proporcional à área do terreno que está impermeabilizada**. Além da alta taxa de impermeabilização dos solos, que compromete a recarga do lençol freático, os resultados aqui obtidos indicam a super-exploração dos recursos hídricos subterrâneos, o que pode comprometer seriamente o abastecimento da população, além de se ter as águas superficiais poluídas ou com córregos e nascentes canalizados ou soterrados. A elevada proporção de solos com influência antrópica encontrada durante os trabalhos de mapeamento, especialmente as áreas com depósitos de entulho em áreas inadequadas, como margens de cursos d'água, aponta para a necessidade de políticas fiscalização e ordenamento do uso do solo em áreas urbanas e periurbanas, e da viabilização de áreas alternativas adequadas à disposição de resíduos. Os estudos também indicaram que as áreas da bacia com maior potencial de erosão dos solos ainda apresentam usos preferencialmente rurais e são também os locais prioritários para a recomposição das áreas de preservação permanente. Assim, outra medida necessária é o **incentivo à agricultura sustentável**, que abasteça as necessidades da grande massa que habita os núcleos urbanos e que possa ser rentável para proprietários, ou mais rentável que a venda de suas terras para especulação imobiliária. Esse deve ser um dos focos das políticas voltadas ao uso rural dos solos da bacia.

A vegetação nativa remanescente encontra-se reduzida a pouco mais de 3% da área da bacia, totalmente fragmentada e as matas ciliares que são, por lei, áreas de preservação permanente, praticamente não existem. Assim, sugere-se a **estruturação de uma equipe técnica, com profissionais concursados, vinculados ao Departamento de Meio Ambiente ou ao Departamento de Parques e Jardins** com a responsabilidade de propor áreas prioritárias para a recuperação das matas ciliares e planos de manejo para os remanescentes de vegetação nativa, com especial atenção para aqueles que se encontram nos bosques urbanos. Para tanto é necessário que o viveiro de mudas de árvores seja estruturado adequadamente e que também conte com uma equipe permanente de funcionários, entre os quais coletores de sementes treinados.

O trabalho de mapeamento de riscos ambientais e sociais na bacia, realizado em sete reuniões públicas, permitiu o reconhecimento e a visibilidade, de forma sistematizada e participativa, dos diversos aspectos que envolvem a relação entre a população e os recursos naturais no território. Os desdobramentos possíveis são múltiplos e variados, podendo o Projeto Anhumas assumir um papel de catalisador de uma pluralidade de iniciativas de melhoria de qualidade de vida local, constituindo-se em ferramenta para o poder público, comunidade acadêmica e sociedade civil. O grande volume de informações coletadas e sua devolução nas reuniões públicas constituem-se em estímulo para a formulação de diversas recomendações pela população local, agentes públicos e comunidade científica e que estão aqui apresentadas.

Verifica-se a carência de um **sistema de monitoramento através de indicadores de qualidade ambiental e de vida** para todo o território da bacia. Seu objetivo é o rastreamento das situações de risco dispersas no território, decorrentes das atividades urbanas cotidianas que, em seu conjunto, apresentam impactos relevantes, bem como daquelas provenientes de fontes mais definidas ou de maior risco. Trata-se de importante instrumento na gestão pública, tornando visíveis os conflitos e permitindo a articulação de soluções efetivas, compartilhadas. O Plano Diretor de Campinas é o instrumento indicado para prever a implantação desse sistema de monitoramento dos indicadores de qualidade de vida e ambiental, assim como se recomenda que também contemple a indicação de um **Plano Diretor de Macrodrenagem Urbana e de um Plano Diretor das Áreas Verdes**.

Ainda no plano das políticas públicas, ficam destacadas as questões referentes à **necessidade de maior articulação entre os órgãos da administração pública** (secretarias, administrações regionais, sub-prefeituras, autarquias municipais), já que as intervenções vêm ocorrendo de forma pontual e segmentada. A administração pública funciona como se existissem “várias prefeituras”, nas quais os diferentes setores não interagem e desconhecem os respectivos trabalhos. Assim, considerando-se a experiência do Projeto Anhumas **recomenda-se fortemente a continuidade da articulação entre os Agentes Comunitários de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, com os outros profissionais das demais secretarias.**

Outra **deficiência apontada nos relatos da comunidade diz respeito à fiscalização das normas ambientais legais vigentes**, que são sistematicamente descumpridas, inclusive pelo próprio poder público. Essa situação é agravada pelo desconhecimento da legislação ambiental por parte da população. A título de exemplo, pode-se mencionar a implantação de estabelecimentos institucionais e empresariais de grande porte em que não se pré-dimensionou adequadamente a capacidade de suporte do meio físico e urbano para seu funcionamento, nem foram realizados os estudos de impactos ambientais previstos na legislação.

Ao **poder legislativo**, que desempenha importante papel na interlocução e no direcionamento dos recursos orçamentários do Município, cabe sensibilidade e conhecimento dos problemas levantados.

Nas reuniões públicas desenvolvidas durante o Projeto Anhumas foi possível observar-se a existência de diversas formas de organização da sociedade, que aparecem através de Conselhos para diferentes finalidades, associações de moradores e representantes de instituições de ensino. Tal representação evidenciou o interesse e receptividade para eventos deste tipo, nos quais se abordam os problemas do contexto urbano, e se constitui em elo imprescindível dentro da comunidade e de diálogo com todos os demais interlocutores ali presentes. Essa oportunidade de encontro qualificado de representações sociais permitiu identificar anseios de **maior articulação entre os Conselhos e conselheiros para tratamento conjunto das intervenções necessárias.**

Quanto à **participação dos meios de comunicação**, recomenda-se a apropriação pela comunidade da base de dados coletada e especializada no Projeto, com a finalidade de servir de instrumento para o reconhecimento de situações problemáticas e de conflito que demandam intervenção complexa para seu equacionamento. A utilização de mídias interativas referenciadas geograficamente e a relação com órgãos de imprensa a partir da estrutura de assessoria de imprensa da Prefeitura de Campinas poderão ampliar as repercussões deste Projeto.